

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 706.227 - PR (2004/0168210-6)

RELATOR : MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : VANDERLEI OLIVEIRA SANTINI
ADVOGADO : JOSÉ GERONIMO BENATTI

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 10 DA LEI Nº 7347/85. DADOS TÉCNICOS. CONCEITO QUE ABRANGE AS INFORMAÇÕES, AS CERTIDÕES E OS DOCUMENTOS REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO AO PREFEITO MUNICIPAL. IMPRESCINDIBILIDADE PARA INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. PRECEDENTES.

Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe deu provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Os Srs. Ministros Felix Fischer, Gilson Dipp, Laurita Vaz e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de setembro de 2005 (Data do Julgamento)

MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA
Relator

RECURSO ESPECIAL Nº 706.227 - PR (2004/0168210-6)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (Relator):

O Ministério Público do Estado do Paraná interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela C. Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça daquele Estado que, à unanimidade, rejeitou a denúncia, estando assim ementado (fl. 190):

"PREFEITO MUNICIPAL - ART. 10 DA LEI N. 7.347/85 - INFORMAÇÕES REQUISITADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE NÃO SE AMOLDAM A ELEMENTO NORMATIVO DO TIPO ("DADOS TÉCNICOS") - ATIPICIDADE - DENÚNCIA REJEITADA.

Se as informações requisitadas pelo Ministério Público para a propositura de ação civil pública não se amoldam a expressão "dados técnicos", não se configura o tipo incriminador do art. 10 da Lei n. 7.347/85."

O recorrente sustenta que o acórdão recorrido negou vigência ao artigo 10 da Lei nº 7347/85, por ter dado interpretação errônea ao referido dispositivo ao restringir o alcance da elementar "dados técnicos".

Aduz, ainda, divergência jurisprudencial.

Contra-razões às fls. 238/43.

Admitiu-se o regular processamento do feito (fls. 245/7).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo conhecimento e provimento do recurso especial (fls. 254/61).

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 706.227 - PR (2004/0168210-6)

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 10 DA LEI Nº 7347/85. DADOS TÉCNICOS. CONCEITO QUE ABRANGE AS INFORMAÇÕES, AS CERTIDÕES E OS DOCUMENTOS REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO AO PREFEITO MUNICIPAL. IMPRESCINDIBILIDADE PARA INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. PRECEDENTES.

Recurso conhecido e provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (Relator):

O recurso merece amparo.

Adoto, como razões de decidir, o parecer do Ministério Público Federal, da lavra da il. Subprocuradora-Geral da República, Dr^a Helenita Caiado de Acioli (fls. 256/60):

"Cinge-se a controvérsia na análise da expressão “dados técnicos”, empregada no art. 10, da Lei nº 7.347/85, que assim dispõe, in verbis:

“Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.”

O Tribunal a quo afirma que os documentos requisitados pelo Parquet não podem ser considerados como “dados técnicos”, no sentido dado pela Lei da Ação Civil Pública.

Consabido que a mencionada expressão refere-se a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

De fato, segundo consta da denúncia, o Ministério Público solicitou ao recorrido, na condição de Prefeito do Município de Ivatuba/PR, o envio de dados consistentes em cópias autenticadas de prestações de contas referentes a verbas recebidas em decorrência de convênios, bem como de todos os procedimentos licitatórios, contratos, notas de empenho e notas fiscais, referentes à destinação das verbas resultantes destes, além de cópia dos cheques emitidos pela Prefeitura e utilizados para o pagamento e concretização do objeto de tais acordos, todos extremamente necessários para a apuração dos fatos acerca da noticiada aplicação indevida desse recursos em virtude da não execução dos projetos avençados pela

Superior Tribunal de Justiça

municipalidade.

Assim, os documentos e certidões solicitados e não fornecidos pelo recorrido, os quais poderiam estar relacionados a contratos de bens e serviços ou licitações procedidas pela Prefeitura Municipal, só poderiam ser provenientes das atividades exercidas naquele órgão público, em razão das necessidades e urgências surgidas.

Daí conclui-se que na expressão dados técnicos estão inseridos os documentos e informações requeridas pelo Ministério Público, pois dizem respeito tão-somente aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Prefeitura Municipal de Ivatuba/PR e que se revelaram como imprescindíveis para a adequada análise da notícia de infração que estava sendo apurada pelo Parquet. Sem os dados técnicos inseridos nos documentos requisitados, nada mais restaria ao representante do Ministério Público, senão arquivar o inquérito civil instaurado.

Outro, aliás, não é o entendimento consagrado por essa Corte Superior de Justiça, como já demonstrado no dissídio jurisprudencial, cujo acórdão paradigma espelha a seguinte ementa:

“CRIMINAL. RHC. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. RHC ANTERIOR, COM TAIS ALEGAÇÕES, JÁ JULGADO POR ESTA TURMA. MERA REITERAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "DADOS TÉCNICOS". AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA DE PLANO. IMPROPRIEDADE DO WRIT PARA APROFUNDADO EXAME DA ATIPICIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

Tratando-se de alegações idênticas às formuladas em RHC anterior já julgado por esta Turma, configura-se a inadmissível reiteração, razão pela qual não se conhece das questões relativas à possibilidade de requisição, pelo Parquet, de documentos ao Poder Legislativo e de que a paciente não teria descumprido as solicitações do Ministério Público, pois apenas teria deixado de encaminhar informações que não diriam respeito aos fatos investigados.

A expressão "dados técnicos" se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

Os documentos e informações requeridas pelo Parquet estão inseridos no conceito de "dados técnicos", pois dizem respeito, tão-somente, aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP.

Superior Tribunal de Justiça

A falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, de pronto, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, hipóteses não verificadas in casu.

O writ não se presta para o trancamento de feito por falta de justa causa, se, para análise da alegação, é necessário aprofundado exame acerca da atipicidade.

Recurso parcialmente conhecido e desprovido. (RHC 12.359/MG, 5ª Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ 01.07.2002, p.355)

Ademais, conforme bem destacado nas razões recursais oferecidas pelo insigne Procurador Geral de Justiça MILTON RIQUELME DE MACEDO, às fls. 211/213, litteris:

“Esta interpretação, exageradamente restritiva do tipo penal, não deve prevalecer, sendo imperioso destacar, desde logo, que não se pretende aqui alargar o preceito normativo, como aduzido no v. Acórdão, mas apenas delimitar, corretamente, seu alcance e qual o bem jurídico tutelado pelo tipo.

Assim, como é evidente, o bem jurídico que se visa proteger pela regra do artigo 10 da Lei nº 7347/85, é a administração pública, especialmente vinculada à atividade ministerial e seu poder requisitório (coercitivo).

(...)

Sendo regra protetora dos interesses da administração pública, deve ela também salvaguardar o poder requisitório do Ministério Público previsto na própria Lei nº 7.347/85. E a razão para tanto é até mesmo lógica, considerando que o artigo em apreço somente tem sentido se conjugado com o § 1º do art. 8º da Lei 7347/85:

(...)

Portanto, no caso em análise, onde o Ministério Público requisitou do Prefeito Municipal uma série de documentos e certidões (e frise-se, esta situação é incontroversa), resta evidente que o fez no exercício de seu poder requisitório, o qual, a toda evidência, pressupõe coercitividade, representando uma ordem e não um mero pedido.

E, a forma da determinação é localizada justamente no artigo 10 da mesma Lei 7347/85, que alerta ao destinatário da ordem que ele poderá sofrer sanção de natureza criminal caso seja desobediente.

Complementando o raciocínio, cumpre assinalar que as elementares 'dados técnicos' não podem

Superior Tribunal de Justiça

apresentar a visão estreita que se pretende imprimir, até porque, como dito, visa assegurar um direito-poder do Ministério Público e, via de consequência, a própria administração pública.”

Destarte, a decisão recorrida contrariou o artigo 10 da Lei nº 7.347/85.”

Por essa razão, conheço e dou provimento ao recurso.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2004/0168210-6

REsp 706227 / PR
MATÉRIA CRIMINAL

Número Origem: 1436602

PAUTA: 18/08/2005

JULGADO: 28/09/2005

Relator

Exmo. Sr. Ministro **JOSÉ ARNALDO DA FONSECA**

Presidenta da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. ALCIDES MARTINS

Secretário

Bel. LAURO ROCHA REIS

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

RECORRIDO : VANDERLEI OLIVEIRA SANTINI

ADVOGADO : JOSÉ GERONIMO BENATTI

ASSUNTO: Penal - Leis Extravagantes - Crimes de Respons. Danos ao Meio Ambiente e outros (Lei 7.347/85)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe deu provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Gilson Dipp, Laurita Vaz e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de setembro de 2005

LAURO ROCHA REIS
Secretário